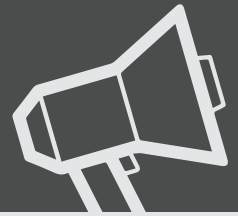




“NÃO EM NOSSO NOME” – APELAR AO GOVERNO PARA NÃO APOIAR O GENOCÍDIO E OCUPAÇÃO PROMOVIDOS POR ISRAEL

**AÇÃO:**

Envio de e-mail

**PREPARAÇÃO:** 5 minutos**Nº DE PESSOAS:**

1 pessoa. Ação individual

**QUANDO:**

Com a maior brevidade possível

**DURAÇÃO:** 5 a 10 minutos**FACILIDADE DE EXECUÇÃO:**

Fácil

**LOCAL:**

Onde quer que esteja

**MATERIAL:**

Telemóvel ou computador com acesso à internet

**TEMA / CAMPANHA:**

Conflito Israel / Território Palestino Ocupado

PORQUE PRECISAMOS DE SI?

Escrever um e-mail dirigido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE), pedindo que as violações de direitos humanos perpetradas pelo governo israelita sejam abordadas durante a visita oficial a Israel e durante a reunião do Conselho de Associação UE-Israel que irá decorrer no próximo dia 24 de fevereiro e que o MNE condene claramente e faça um apelo formal para que os direitos humanos sejam respeitados na relação entre o governo de Israel e o Território Palestino Ocupado.

O QUE QUEREMOS?

O MNE português, Paulo Rangel, encontra-se em visita oficial a Israel e a outros países do Médio Oriente, e no próximo dia 24 de fevereiro, estará presente, em Bruxelas, na reunião de alto nível do Conselho de Associação UE-Israel. Além disso, nos últimos meses, as declarações do MNE e de outros membros do governo português têm sido ambíguas e falham na condenação clara às violações de direitos humanos perpetradas pelo governo israelita no Território Palestino Ocupado.

Nos últimos anos, a Amnistia Internacional tem documentado as contínuas violações de direitos humanos do governo israelita no Território Palestino Ocupado, através da imposição de um sistema de **apartheid** e da execução de crimes de genocídio, tal como o **relatório** publicado a 5 de dezembro de 2024 denuncia. Apesar do cessar-fogo temporário em vigor, Israel mantém o apartheid sobre os palestinianos e a ocupação ilegal de Gaza e da Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental.

Sendo Portugal um país defensor dos direitos humanos e subscritor dos principais tratados internacionais, a Amnistia Internacional - Portugal acredita que é também obrigação do nosso país abordar os temas de direitos humanos nas interações formais com países parceiros, sobretudo quando estes têm uma conduta contrária aos valores reconhecidos internacionalmente.

QUAL É A SUA MISSÃO?

Queremos que, durante a visita a Israel e na reunião de alto nível do Conselho de Associação UE-Israel que irá decorrer no próximo dia 24 de fevereiro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Paulo Rangel, apele a que o governo de Israel pare as ações de genocídio, ocupação e apartheid que está a executar contra a população palestiniana que vive no Território Palestino Ocupado.

**1. Escrever e enviar um e-mail para: gabinete.ministro@mne.gov.pt****Assunto do e-mail:**

“Não em meu nome: fim ao apoio ao genocídio, ocupação e apartheid promovidos por Israel”

Conteúdo do e-mail:

*Excelentíssimo Senhor Ministro de Estados e dos Negócios Estrangeiros,
Dr. Paulo Rangel,*

É com preocupação que tenho vindo a assistir às declarações feitas por V.Exa. nos últimos meses relativamente à atuação do governo de Israel no Território Palestino Ocupado. Conforme documentado e reportado frequentemente pela Amnistia Internacional, o governo israelita tem vindo de forma contínua a perpetrar violações de direitos humanos no Território Palestino Ocupado, através da imposição de um sistema de apartheid - conforme documentado nos relatórios publicados pela Amnistia Internacional em 2022 (<https://www.amnistia.pt/apartheid-estado-de-israel/>) e 2023 (<https://www.amnistia.pt/israel-tpo-autoridades-israelitas-estao-a-usar-tecnologia-de-reconhecimento-facial-para-reforçar-apartheid/>)-, e através da execução de crimes de genocídio como denunciado no relatório publicado a 5 de dezembro de 2024 (<https://www.amnistia.pt/israel-esta-a-cometer-genocidio-contra-os-palestinianos-em-gaza/>).

É por isso, lamentável que a posição oficial do governo português, expressa por si nos últimos meses, não seja claramente de condenação das violações de direitos humanos perpetradas pelo governo israelita, mas que, pelo contrário, reflita até alguma conivência e aceitação das políticas israelitas que violam diariamente os direitos humanos de milhões de pessoas no Território Palestino Ocupado, levando a que o governo israelita, considere, o Estado português, um “Estado amigo”, conforme expresso no dia 10 de fevereiro pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Israelita, na sua visita ao país.

Respeitando o expresso no Artigo 7º da Constituição da República Portuguesa, solicito que, no âmbito da visita oficial de Vossa Excelência a Israel e no âmbito da sua participação na reunião de alto nível do Conselho de Associação UE-Israel que irá decorrer no próximo dia 24 de fevereiro, Vossa Excelência:

- Apele de forma clara e veemente para que o governo israelita ponha termo a todas as ações no Território Palestino Ocupado que constituem crimes de genocídio, ocupação e apartheid;*
- Se oponha claramente a quaisquer tentativas de Israel de estabelecer uma presença militar e civil israelita permanente em Gaza;*
- Se junte aos apelos de Espanha, Bélgica, Irlanda e Eslovénia, para que a Comissão Europeia avalie se Israel violou as suas obrigações nos termos do artigo 2.º do Acordo de Associação UE-Israel e que tome as medidas políticas, económicas e comerciais necessárias para garantir o cumprimento do direito comunitário e internacional, caso se verifique que Israel violou as suas obrigações;*
- Não permita o trânsito e o transbordo de material militar destinado a Israel em território ou águas territoriais portuguesas;*
- Adote políticas adequadas para garantir que as entidades jurídicas privadas registadas na jurisdição portuguesa cessem a prestação de serviços e fornecimentos utilizados por Israel nas suas operações militares no Território Palestino Ocupado.*

Apelo ainda a que Vossa Excelência responda aos pedidos de reunião feitos pela Amnistia Internacional, em cartas remetidas em outubro e dezembro de 2024, e para as quais a organização não teve qualquer resposta, impedindo assim a organização de lhe apresentar as conclusões das suas investigações e a entrega das mais de 40 mil assinaturas das várias petições promovidas sobre o tema.

Cumprimentos,

PARA SABER MAIS

Para saber mais sobre a Amnistia Internacional e a ação do governo de Israel no Território Palestino Ocupado:

- www.amnistia.pt/israel-esta-a-cometer-genocidio-contra-os-palestinos-em-gaza/
- www.amnistia.pt/organizacoes-pedem-proibicao-do-comercio-e-dos-negocios-da-ue-com-os-colonatos-de-israel/
- www.amnistia.pt/navios-envolvidos-na-transferencia-de-armas-para-israel-ai-pede-esclarecimentos/
- www.amnistia.pt/navio-com-explosivos-a-caminho-de-israel-mantem-bandeira-portuguesa/
- www.amnistia.pt/israel-grupos-armados-palestinos-devem-ser-responsabilizados-por-raptos-ataques-indiscriminados-e-assassinios-deliberados-de-civis/
- www.amnistia.pt/israel-tpo-autoridades-israelitas-estao-a-usar-tecnologia-de-reconhecimento-facial-para-reforcar-apartheid/
- www.amnistia.pt/apartheid-estado-de-israel/

